



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: ☎ (11) 95446-2020

pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas

Nº 13/2023 | APEOESP | 20 de março

Um só movimento nacional para pôr abaixo as contrarreformas: trabalhista, previdenciária e do ensino médio

Que as centrais e sindicatos rompam com a política de conciliação de classes e se coloquem pela independência dos organismos dos trabalhadores diante dos governos

Estamos próximos dos três meses de governo Lula. Não há disposição do governo e do Congresso Nacional de revogar as reformas antitruabalhadoras e antipopulares impostas por Temer e Bolsonaro. O ministro do Trabalho, o ex-dirigente da CUT, Luiz Marinho, procura enrolar com a comissão tripartite (empresários, sindicalistas e governo) para revisar pontos negativos da reforma trabalhista. O ministro da previdência, o ex-ministro do trabalho em mandatos anteriores de Lula e Dilma, Carlos Lupi, sequer anuncia reparos na reforma da previdência. O ministro da Educação, o ex-governador petista do Ceará, Camilo Santana, diante da pressão da burocracia sindical, ressuscitou o fracassado Fórum Nacional da Educação.

Como se vê, trata-se de uma orientação do governo Lula de cooptar as direções sindicais visando a conciliação entre capital e trabalho. Como se fosse possível estabelecer um consenso na revisão das contrarreformas, que fosse bom tanto para os trabalhadores, como para os governos e capitalistas. As direções das grandes centrais, a CUT e Força Sindical, consideraram uma vitória a criação da comissão tripartite. A CNTE, que iniciou a campanha pela revogação da reforma do ensino médio, rapidamente se colocou por engrossar a suposta consulta popular do ministro da Educação, utilizando a bandeira de "Revoga Já" e elogiou a atitude do Ministro de recriar o Fórum. A direção da UNE, que realizou os atos de 15 de março, não fará nada que contrarie a governabilidade de Lula. A Apeoesp, o maior sindicato da Educação, já se somou à farsa do "Revoga Já", e se

recusou a convocar a paralisação e assembleia geral de trabalhadores da Educação e estudantes, seguida de um ato unificado, no dia 22 de março.

Está aí o grande obstáculo para erguer um poderoso movimento nacional. As direções sindicais e estudantis estão até a medula comprometidas com a sustentação do governo burguês de frente ampla de Lula. Suas reclamações não vão além de exigir maior participação no governo. A remoção desse obstáculo dependerá do combate dos trabalhadores. Conta para isso o enorme descontentamento tanto nas fábricas quanto nas escolas. E o agravamento das condições de trabalho e ensino – desemprego, subemprego, baixos salários, eliminação de direitos, dificuldades para alcançar uma aposentadoria e o fracasso da reforma do ensino médio, e do PEI. O caminho está na construção das oposições sindicais classistas e de luta, voltadas a independizar os sindicatos diante dos governos burgueses, que inclui o de Lula.

O que significa defender nas assembleias que as direções dos organismos dos trabalhadores rompam com a política de conciliação de classes, abandonem a farsa das comissões tripartites e se coloquem no terreno próprio de luta dos explorados. Que organizem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e fim das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Será por meio da experiência com essas direções diante do governo Lula que a maioria oprimida se colocará por construir suas verdadeiras direções sindicais, estudantis e políticas. ■

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**



Sem paralisação das escolas e sem luta nas ruas, a reforma do ensino médio não será revogada, não será conquistado o reajuste de 14,95% do Piso, não haverá a reposição das perdas salariais, não se colocará fim ao PEI e à farsa da Nova Carreira, e não se conseguirá a efetivação dos professores e funcionários contratados

O dia 22 de março deve ser um primeiro passo para construir um poderoso movimento de professores, funcionários e estudantes em defesa das reivindicações. Para isso, é preciso exigir que as direções sindicais se coloquem por unificar o movimento. Não dá para a UNE e UBES convocarem atos no dia 15 e os professores no dia 22 de março. Para piorar, a CUT está chamando o dia 21 de março como “dia de manifestação pela redução dos juros e democratização do CARF”, reivindicações que nada têm a ver com as necessidades dos explorados. A proximidade das datas obviamente dissipa as forças e divide o movimento.

Não dá para as direções sindicais e estudantis continuarem com a ladainha do “Revoga Já!” e com a bandeira da “interrupção do PEI”, enquanto não mobilizam de fato os trabalhadores, com os métodos de luta que realmente podem levar o movimento à vitória. Não dá para ficar com o discurso de “aplicação correta da jornada do piso”, quando Tarcísio já decretou que será na forma de abono. Ao contrário, é urgente canalizar o descontentamento generalizado nas escolas para o movimento de rua.

Uma direção sindical classista não pode se apegar às pressões do governo e das direções de escolas, que ameaçam diariamente os professores com os decretos que impedem os

professores de se manifestarem coletivamente em defesa do emprego, da estabilidade, do salário e dos direitos que foram arrancados pelo Plano de Carreira do PSDB. O direito de greve e paralisação tem de ser defendido à morte, porque é a única forma de enfrentar as medidas autoritárias e antitribaladoras dos governantes. O que temos visto na direção da Apeoesp, inclusive de correntes que se colocavam no campo da oposição, é a desmobilização e o reforço do imobilismo, que só servem ao governo.

As ações coletivas, bem organizadas desde as escolas, fortalecem os professores como um setor que luta para conquistar as suas justas reivindicações. Enquanto permanecerem isolados nas escolas, mais e mais pressões do governo e de seus porta-vozes recairão sobre o professor como indivíduo. Para isso, é fundamental rechaçar a política das direções de convocar atos simbólicos, de representantes sindicais e aposentados. Prática essa que vem se naturalizando na CUT e sindicatos, a exemplo dessa manifestação das centrais no dia 21 de março. Ou, então, de convocar assembleia aos sábados, para não configurar a paralisação das escolas. Mais ainda, de realizar reuniões on-line, como tem feito o Sinpeem. Essa é uma política de derrota e anulação do instinto de luta dos trabalhadores. ■

Revogar a reforma do ensino médio e o PEI! Rejeitar o EaD e a terceirização, porque são instrumentos de avanço da privatização!

A reforma do ensino médio foi o mecanismo para o governo aprofundar a utilização do ensino a distância (EaD). Aproveitou a pandemia, quando as escolas foram fechadas, para instituir as aulas on-line e as plataformas digitais. Após o retorno presencial das aulas, parte do currículo (aulas de “expansão”) e APDs continuaram por meio do EaD. Com o “Novo Ensino Médio” e a proliferação de itinerários, os professores têm recorrido aos pacotes virtuais com sugestões de temas e aulas. E as faculdades privadas se tornaram empresas de cursos à distância de formação de professores, que acabam reproduzindo essa excrescência do capitalismo no interior das escolas. Situação que se repete com a imposição do PEI, com o agravante de expulsar o aluno-trabalhador.

Eis aí por que não dá para separar a luta contra o “Novo Ensino Médio” e o PEI do combate ao ensino a distância, à privatização e à terceirização. O que implica a defesa da efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. E não dá para separar a luta pela abertura das salas e escolas fechadas, do combate pela redução do número de alunos por sala - no máximo 25 alunos. ■

Pôr em marcha as reivindicações e bandeiras que unificam os trabalhadores e a juventude oprimida

O POR vem fazendo uma campanha nas escolas, por meio do Boletim da Corrente Proletária na Educação e do Boletim Juventude em Luta, em defesa:

- Revogação imediata das contrarreformas trabalhista e previdenciária, da Lei do Teto de Gastos, da Lei da Terceirização e da reforma do ensino médio;
- Fim do PEI e abertura de todas as salas e turnos fechados;
- Eliminação do ensino a distância e de todos os instrumentos que potencializam a privatização da Educação;
- Reajuste salarial de 14,95%, como determina a Lei do Piso. Não ao abono! Não ao parcelamento!
- Reposição das perdas salariais, como única forma de recompor o poder de compra dos salários. Que nenhum trabalhador receba menos do que o salário mínimo do DIEESE;
- Revogação imediata do Plano de Carreira do PSDB;
- Fim da terceirização nas escolas e efetivação de todos os terceirizados;
- Defesa das condições de ensino e trabalho, reduzindo o número de alunos por sala.

Esse conjunto de reivindicações deve fazer parte da luta geral em defesa de um único sistema de ensino, gratuito, científico, voltado à produção social. Deve fazer parte da luta pelas condições de existência da juventude oprimida, por meio da bandeira “Nenhum jovem fora da escola e fora do trabalho”, quatro horas na produção e o restante para os estudos e lazer. Essas reivindicações e bandeiras só podem ser defendidas por meio da unidade dos trabalhadores e estudantes, e dos métodos próprios da classe operária, que são as greves, ocupações, manifestações de rua etc. ■